

Dimensões de um conflito ficcional: a relação entre estado e mercado a partir do setor elétrico e da consolidação da Espírito Santo Centrais Elétricas.

Jayme K. R. Lopes¹

Resumo

As instituições estaduais estatais de eletricidade, principalmente a partir da década de 1950, ocuparam um papel importante na história do estado Brasileiro moderno e contemporâneo, se colocando como um dos eixos centrais na dinâmicas dos conflitos pelo acesso ao monopólio político da administração pública e pela dimensão econômica do mercado de energia e de seus produtos. Este artigo se propõem a debater o caso da consolidação da Espírito Santo Centrais Elétricas como importante representante destes conflitos, que se encontraram na criação de um estado-empresário fortemente engajado na construção de um setor elétrico nacional e em um projeto de econômico nacional desenvolvimentista, com raízes em um novo ciclo econômico mundial.

Palavras-chave: Escelsa, Energia, Estado, Capitalismo

Abstract

The state state electricity institutions, especially since the 1950s, played an important role in the history of the modern and contemporary Brazilian state, becoming one of the central axes in the dynamics of conflicts for access to the political monopoly of public administration and the dimension the energy market and its products. This paper proposes to discuss the case of the consolidation of Espírito Santo Centrais Elétricas as an important representative of these conflicts, which were found in the creation of a state-entrepreneur strongly engaged in the construction of a national electricity sector and in a national developmentalist economic project with roots in a new global economic cycle.

Keywords: Escelsa, Energy, State, Capitalism

Introdução

É comum no Brasil, mesmo em tempos de ojeriza a administração pública, associarmos historicamente as empresas públicas com a vida moderna do país, principalmente a partir da ideia de um progresso econômico e de conquista de um certo bem estar social. Contudo, perdemos de vista que sua ascensão e consolidação ultrapassara os limites do exercício de suas atividades adquirindo, a condição de um significado político, econômico e social projetado em termos de disputas em varias dimensões, com reflexos na estrutura do estado e da sociedade. Entretanto, estas disputas, por vezes mencionadas nas bibliografias

¹ Doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCIS/PUC-Rio e Mestre em Antropologia Social pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO/Argentina

gerais sobre o tema como conflitos entre capitais, modelos econômicos, linhas políticas, parece assumir outras dimensões quando falamos das primeiras empresas públicas estaduais de energia.

A expansão da infraestrutura do setor elétricos Brasileiro dos primeiros anos de 1930 ao final da década de 1970, foi traduzida por grandes investimentos estatais direcionados na área de geração, transmissão e distribuição de energia. A assunção do estado como protagonista previa a estatização de empresas privadas que até então, atuavam desde a produção até distribuição de energia elétrica e a criação de grandes empresas estatais, tendo como referência máxima a criação da Eletrobrás em 1962.

Esta dinâmica de crescimento rápido do mercado de energia elétrica pela capacidade instalada e a partir de grandes investimentos, se traduziu em esforços significativos para desenvolvimento técnico, administrativo e financeiro no período. Por outro lado, a amplitude dos serviços de energia elétrica e seus tentáculos em diversos campos da realidade social foram condicionantes na formação destas novas empresas públicas, uma vez que os grandes investimentos públicos estabelecem cadeias de dependência financeira entre o estado e grandes instituições de crédito, bem como, abrigaram os conflitos políticos locais e regionais em busca de domínio sobre estes novos espaços.

Na década de 60, o governador capixaba Carlos Lindemberg, enfatizava a necessidade de novos recursos para a instalação do sistema elétrico estadual, principalmente por ser essencial para a consolidação do planejamento econômico do Estado do Espírito Santo da época, em mensagem ele diz: *“O progresso da Escelsa está ligado ao progresso do Espírito Santo de modo constante e indissolúvel: são dois organismos em simbiose”*. A Escelsa – Espírito Santo Centrais Elétricas, empresa estatal de produção, transmissão e distribuição de energia, nasceria com plena capacidade de funcionamento e investimento em 1968², com a fusão com a CCBFE (Companhia Central Brasileira de Força Elétrica) e sob apoio administrativo, técnico e financeiros da Eletrobrás, mas também do suporte financeiro e político do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico), Gerca (Grupo Executivo para Recuperação da Cafeicultura), CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), em um contexto de incapacidade de atendimento ao consumo por parte da CCBFE e um plano de industrialização estadual para Grande Vitória,

² A Escelsa como empresa foi fundada em 1956.

baseado no Plano de Metas nacional (1956 a 1961).

Além disso, a nova empresa suplantava a disputa política entre os setores nacionalista, do desenvolvimento econômico a partir do estado de um lado, e os setores que defendiam a abertura da economia nacional para o investimento de capital estrangeiro nos serviços públicos. A escolha do governo capixaba pelo ideário desenvolvimentista se baseava na importância estratégica do Espírito Santo em sua posição geográfica dentro de um contexto nacional e internacional, mas também, se relacionam com a incorporação sistemática em seu núcleo da participação de entidades corporativas, no caso do Espírito Santo, o Conselho técnico da FINDES (Federação das Industrias do Espírito Santo). Que passou a elaborar projetos de industrialização voltados a “siderurgia, geografia industrial e no levantamento da realidade econômico-social do Espírito Santo³. Processo que deu origem ao Codec – Conselho de Desenvolvimento Econômico, uma ligação direta dos interesses corporativos patronais que contava com a participação do governador e todos os seus secretários, além de representantes de Bancos, Comercio, Associações Rurais e do CREA.

O rápido movimento de construção do aparelho econômico do estado, de forma centralizada e nacionalmente articulada, teve como movimento crucial a criação deste um capitalismo industrial e de um estado capitalista, simultaneamente. Processo que condensa múltiplas faces da dinâmica de organização das estruturas de um estado-nação que incorporou aparelhos regulatórios e peculiaridades intervencionistas que estabeleceram um suporte ao avanço da acumulação industrial, e para a produção de um ideário desenvolvimentista, contribuindo (1) a sedimentação das cidades como lugares de conflito e transformação social, (2) firmaram a ascensão das massas – sobretudo urbanas - em algum tipo de participação política e acesso a direitos, e (3) incorporaram nas estruturas estatais Brasileiras as logicas da acumulação capitalista, principalmente, a partir das corporações patronais.

Sendo assim, este trabalho, como parte integrante das minhas pesquisas para o doutoramento no PPGCIS/PUC-Rio, busca iniciar um debate afim de iniciar o debate sobre a indagação: Quais as influencias do interesse privado na construção e consolidação das primeiras empresas publicas estaduais de energia elétrica?

O que torna o panorama que se apresenta neste cenário importante é a aparente

³ Presente em RIBEIRO, Luiz Claudio M. Excelsos destinos: a historia da energia eletrica no Espirito Santo, 1898-1968. Edufes. Vitória, 2013. Pg. 116.

impossibilidade de dimensionar limites e fronteiras das esferas do interesse público e privado, nem do estado e do mercado como uma narrativa de conflito permanente, no momento de formação e consolidação das instituições estatais públicas e sim de relações de fricção fundamentadas na necessidade de sobrevivência de um status quo político e social em um momento histórico de rupturas, ao mesmo tempo, que uma adaptação um novo ciclo econômico de caráter internacional e nacional de forte dependência dos estados nacionais.

Rupturas, política e produção de um estado

Quando considerado como forma social, o conflito pode possibilitar momentos de construção e destruição, quer sob as instituições, estruturas, arranjos, processos, relações e interações sociais. É algo temporal, especializado e produtor de indeterminadas formas sociais. Nas perspectiva de Georg Simmel⁴, se admite que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões e organizações. Para Simmel, o conflito cria um espaço onde as partes em disputa podem encontrar-se em um mesmo plano situacional para efetuar a trama que ele arruma. Sob a perspectiva econômica, Albert Hirschman⁵ em seu artigo *Os conflitos como pilares da sociedade de mercado democrática*, ao mostrar as situações conflitivas que surgiram nas sociedades contemporâneas na década de 70, afirma que o conflito é uma contrapartida natural do progresso tecnológico e da criação de riqueza. Hirschman, entende que os conflitos surgem de desigualdades emergentes e de declínios regionais e setoriais em compensação de vários desenvolvimentos dinâmicos ocorridos em outras áreas da economia.

O processo de modernização protagonizado pela energia elétrica é por si um importante processo conflitivo, marcado pela percepção social das mudanças e das permanências, um embate entre o “novo” e o “velho”. Para Ignacy Sachs⁶, a história da modernidade pode-se resumir como a história da produção e distribuição do excedente econômico, no ritmo de revoluções energéticas sucessivas. É assim que em especial, em todo século XX, um dos processos chave tanto de mobilização de capital, quanto de reconfigurações e aliança entre monopólios políticos e econômicos, foi a energia.

No mesmo caminho, para Timothy Mitchell em seu trabalho *Carbon Democracy: Political Power in the Age of Oil*, o fornecimento constantemente acelerado de energia alterou as relações humanas no espaço e no tempo de forma a permitir novas formas de política de

⁴ SIMMEL, 1983

⁵ HIRSCHMAN, 1994

⁶ SACH, 2009

massa. Mitchell diz que a exploração do carvão deu força termodinâmica suficiente para que no século XIX, o crescimento da vida industrial – e urbana – iniciasse a destruição formas antigas de autoridade e poder em todo mundo. Sendo a democracia explorada ou relatada como uma consequência dessas mudanças.

É importante dizer que a construção destas instituições estaduais de energia elétrica surgidas no período da década de 1940 e 1960, começam as ser desenhadas por transformações articuladas em um pano de fundo de novo ciclo do capitalismo mundial, que apontam ao final dos anos 1920, o fim da hegemonia da economia cafeeira no Brasil. Seja pelo peso que causava ao estado, que financiava plantio e a regulação dos estoques, seja porque outros setores da economia haviam ocupado um espaço de destaque cada vez maior - de produção e/ou de circulação - muito próximos ou maiores que a cultura do Café.

Paradoxalmente, o caminho galgado pela indústria começa ainda quando os preços do café estavam em alta entre 1907 – 1913, quando um nascente parque industrial absorveu parte dos lucros, das necessidades – por maquinaria - e do investimento da elite agrária, acompanhado sobretudo pela valorização da moeda nacional, que facilitou a importação de novas tecnologias de produção⁷. Este crescimento de excedentes e dos lucros, por parte do setor industrial apresentou uma trajetória crescente até 1929, principalmente em São Paulo, ampliando a capacidade de diversificação da economia e tomando por fim a liderança dos bens produzidos no país. Além disso, se expande o mercado interno para vários tipos de produtos industriais e manufaturados, como também para a agricultura mercantil produtora de alimentos e matérias-primas, ajudando a propagação da urbanização e conseqüentemente, dos principais segmentos de serviços.

A derrocada definitiva do café veio em 1928, quando os preços das ações nos EUA aumentaram e se deu a interrupção das compras Estadunidenses por títulos estrangeiros. Com este cenário, Alemanha, países da América Latina e a Austrália faziam empréstimos de curto prazo, a Alemanha por sua vez, respondeu a este fluxo reduzido de entrada de dinheiro, deflacionando sua economia para fazer os pagamentos das reparações da 1ª Guerra, contudo, as posições de pagamento de Brasil, Argentina, Austrália e Uruguai tornaram-se complicadas e foram incapazes de financiar seus acúmulos de dívidas de curto prazo, limitando a capacidade de obtenção de mais empréstimos.

O que logo levou a desvalorização de suas moedas. Depois da quebra do mercado de ações de outubro de 1929, quando os preços do trigo, borracha, açúcar, seda e algodão caíram

⁷ MARSON, 2015

rapidamente (ALIBER e KINDLEBERGER, 1978) no Brasil especialmente, se deu início a crise do café de 1929. Estas transformações apresentadas na economia e na produção acentuaram também de uma vez, a tendência no contexto social e político brasileiro, contribuindo para a eclosão de deslocamentos de poder, tendo em vista as mudanças produzidas do eixo de centralidade do mundo rural para o protagonismo do mundo urbano.

O populismo como exemplo deste processo, fenômeno das regiões atingidas pela urbanização em um Brasil das décadas iniciais do século XX, estaria como analisa Francisco Weffort (1978), particularmente enraizado em cidades com maior crescimento, migração e a partir do desenvolvimento industrial e seu tentáculo no mundo político.

A presença de lideranças carismáticas marginais as elites políticas tradicionais frente a um estado com crescente poder principalmente nas cidades, passou a interferir negativamente no interesse dessas elites a partir dos anos de 1940, criando condições políticas para a ascensão de grupos políticos específicos que culminaram por exemplo, com o movimento armado que depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes em 1930, instaurando a ditadura Vargas e posteriormente construindo o estado novo.

Tais circunstâncias do mundo político e social, possibilitaram a emergência de aparelhos regulatórios específicos para a sustentação dos setores agroexportadores e industrial, assim como de outros setores econômicos também afetados pelos contextos econômicos de 1929. Estes aparelhos organizados nas estruturas centrais do estado, implementados a partir da nova constituição 1937, redigida pelo ministro da Justiça de Getúlio Vargas, Francisco Campos, de forte inspiração autoritária, passaram a levar em consideração a criação de novas entidades na esfera da administração direta ou indireta, associadas aos projetos de avanço da acumulação capitalista industrial.

É um fato constantemente debatido, que o estado novo criou bases jurídicas para o funcionamento do mercado de trabalho e sob sua tutela e criou o próprio sistema de representação classista, levando a extremos econômicos e sociais sua principal ação regulatória e intervencionista.

O Avanço da era Vargas foi o avanço do estado. Como estado nacional e capitalista, com um poder autoritário conectado a *uma estrutura social unificada ao âmbito econômico, como nação*. Podemos dizer que é então que, a efetivação da autoridade pública central, na dimensão de um território nacional, adquire mecanismos típicos de um Estado-nação.

Este contexto não definiu apenas um quadro legal de legitimação do intervencionismo estatal, abriu caminho para a propriedade por parte da união federal de recursos estratégicos –

entre eles a energia – passíveis a exploração industrial, ponto chave para a categorização do que muitos autores chamam de *Estado- empresário*⁸.

Movimento que se encaixa também nas análises de Luiz Werneck Vianna (2004) quando observa a ascensão uma ordem burguesa, que para ele, é deslançada sob a égide do estado corporativo na velocidade da expansão dos aparelhos burocráticos, da racionalização administrativa, da inclusão de atores emergentes como o proletariado no impulso á industrialização, e também a partir da conversão de parte do particularismo oligárquico em fonte de apoio aos novos interesses.

É bom que se diga também, que é neste momento que eixo espacial da sociedade Brasileira deixa de ser exclusividade de um setor econômico agrário- exportador, ligado ao interior do território e passa a ser ocupado por um setor urbano- industrial que privilegia de sobre maneira a cidade. No campo do poder político, esta mudança tem como resultado direto a falta de correspondência entre estruturas informais de poder predominantes até então, alicerçadas no interior pelo coronelismo, e um sistema formal de ordenação jurídica presente nas cidades, produzindo uma discrepância entre modelos de organização e administração pública.

Sob este teatro, o estado passa a ser o espaço mais decisivo na sociedade Brasileira, sendo a busca do seu poder político, á posse de um patrimônio de grande valor, com o controle direto de uma fonte substancial de riqueza. Contudo como afirma Vitor Nunes Leal (1975), o fortalecimento do estado no Brasil não foi acompanhado pelo enfraquecimento do poder rural, principalmente nas cidades e estados que não faziam parte do eixo econômico central. Já que os próprios instrumentos de poder constituídos pelo coronelismo é que são utilizados para repaginar o poder privado dos 'coronéis' neste momento, na medida em que se fragmenta a influência dos proprietários de terras e se torna mais necessário o apoio do oficialismo para garantir o predomínio estável dos grupos políticos locais.

Nesta caminho, a falta de autonomia racional-legal é recompensada com uma autonomia extralegal alicerçada dentro dos governos estaduais com a ajuda fundamental dos partidos locais. É assim que o estado passa a se confundir com o empresário, empresário que especula, manobra os coronéis o crédito e o dinheiro. Um estado e sociedade solidariamente articulados por meio das corporações, que não se comportam como esferas contrapostas, mas como uma unidade sob o imperativo nacional.

⁸ DRAIBE, 1989 e MAZZUCATO, 2015

Aqui é possível nos apropriar da ideia de Nicos Poulantzas⁹, apresentado por Phillip Abrams¹⁰ em importante artigo, *Notes on the Difficulty of Studying the State* onde os dois autores concordam com a interpretação de que o estado tem a função particular de constituir o fator de coesão entre os níveis da formação social. As problemáticas comuns veem o estado como uma entidade distinta e a tarefa é, determinar as formas e modos reais de dependência ou independência que a relacionam com o nível sócio econômico.

A institucionalização da Energia, modernização capixaba e a Espirito Santo Centrais Elétricas

A energia elétrica começou a ser produzida no Brasil nos anos finais do século XIX, de forma quase simultânea ao seu início na Europa e Estados Unidos, instalando-se em 1879 na estação D. Pedro II, da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis lâmpadas incandescentes de energia. O início de seu uso em escala se deu no seguinte década de 1880, a partir da construção de dínamos acionados por máquinas a vapor, no município de Campos, Rio de Janeiro em 1883 e em 1887 é criada a usina hidrelétrica em Ribeirão dos Macacos, Nova Lima, Minas Gerais para utilização na mineração. Só em 1889, as vésperas da proclamação da república era inaugurada e primeira usina hidrelétrica para fornecimento de energia como utilidade pública, construída em Juiz de Fora.

Participaram da organização inicial do setor pequenas empresas privadas nacionais, sempre em localidades do interior ou em lugares próximos as cidades. Um fator importante para a consolidação do setor elétrico brasileiro neste momento será o desenvolvimento da economia cafeeira e a conseqüente formação de uma indústria no estado de São Paulo apoiados pelos seus excedentes financeiros. Processo que promove a formação de uma burguesia, fundamental para a caracterização inicial do setor, principalmente por suas novas necessidades de consumo espelhados nos grandes centros do capital mundial¹¹.

Nos primeiros anos do século XX, chegam as concessionárias estrangeiras e a produção de energia elétrica aumenta, possibilitando o consumo urbano e industrial mais intenso. Alexandre Macchione Saes em sua tese, *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898 – 1927)* e posteriormente em artigo de *Luz, leis e livre-concorrência: conflitos em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São*

⁹ POPULANTZAS, Nicos. *Political Power and Social Classes*, New Left Books, London, 1973.

¹⁰ ABRAMS, Phillip. *Notes on the difficult of Studying the State*. *Journal of Historical Sociology* Vol. 1 No. 1 March, 1988.

¹¹ SILVA, 1976; CANO, 1988 e LEME, 2014

Paulo no início do século XX analisa os embates presentes no contexto do início da produção de energia e pela manutenção de monopólios para o setor em São Paulo do início do século:

“A prefeitura paulista reafirmava o discurso da livre- concorrência. Para tanto, já no ano de 1908, foi iniciada a construção da linha que levaria energia de Santos para São Paulo. Deste momento em diante, uma grande luta comercial e política foi travada pelas duas empresas para a tentativa de consolidação de um novo mercado, por parte da Docas, enquanto a Light buscava manter o monopólio sobre a distribuição e geração de energia para a capital paulista. O conflito entre as empresas, entre o capital nacional e o capital estrangeiro, entre o polvo canadense e o minotauro de Santos, invadiu a Câmara e extravasou pelos meios de comunicação, levando a população às ruas!” (2009 Pg. 190)

Os principais grupos neste momento foram a holding Brazilian Traction, Light and Power C. Ltda. que controlava a produção e distribuição no Rio e em São Paulo capital e a American Share Foreign Power Company (Amforp), filial da americana Bond and Share, que controlava a geração e a distribuição de energia elétrica no interior do Estado de São Paulo, Porto Alegre, Pelotas, Salvador, Recife, Natal, Vitória e interior do Estado do Rio de Janeiro.

No eixo Rio - São Paulo, onde houve o mais dinâmico desenvolvimento industrial brasileiro até 1950, existia um grande problema no abastecimento de energia elétrica. A Light no Rio de Janeiro já na década de 1940 havia esgotado os potenciais hidrelétricos, contando apenas com a ampliação da capacidade instalada. A indústria de energia elétrica registrou na década de 1950 um importante redução nos investimentos na capacidade geradora, a justificativa por parte das empresas estrangeiras era a baixa remuneração das tarifas, face a inflação e o regime cambial, além da dificuldade na importação de equipamentos elétricos e obtenção de crédito, agravada pela segunda guerra mundial. Havia uma recorrente falta de energia elétrica, além da demora no atendimento para novas instalações. Eram frequentes as interrupções no fornecimento e quedas abruptas na voltagem.

É a partir daí, derivado da evolução industrial, o alto custo de implantação dos empreendimentos do setor e o longo tempo de retorno do investimento, que acontece a entrada do estado como protagonista na geração, transmissão e distribuição de eletricidade. Mas é apenas em 1945, que é criada a primeira estatal nacional para o setor, a Companhia Elétrica de São Francisco (Chesf) com o objetivo de aproveitar o potencial energético da cachoeira de Paulo Afonso, no Estado da Bahia. Esta empresa teve um papel importante na

construção de grandes usinas de geração neste estado, e em todo o Nordeste.

O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado brasileiro a criar, em 1946, a sua Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) para estruturar e planejar a utilização do potencial hidrelétrico. Dessa comissão nasceu o primeiro plano de Eletrificação, que observava a necessidade da reorganização do esquema de produção e distribuição de energia elétrica e uma estrutura de financiamento via imposto único sobre tarifas, sendo implementada pelo estado. Em 1952, a CEEE se torna autarquia do governo do Rio Grande do Sul, em 1959 encampa a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG) propriedade da companhia Estadunidense Amforp e em 1961, se transforma em Companhia Estadual de Energia Elétrica atuando na geração, transmissão e distribuição de energia.

Pelo país, em 1957 vieram as Centrais Elétricas Furnas, Centrais Elétricas do Maranhão em 1959 (Cemat), Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e Companhia de Eletricidade de Alagoas (Ceal) em 1960. O modelo institucional do setor começa efetivamente a mudar em 1962, com a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), que comandaria automaticamente Furnas e a Chesf. É significativo ressaltar que o projeto da Eletrobrás enfrentou dificuldades principalmente pela oposição das concessionárias estrangeiras, do empresariado nacional e de dirigentes de algumas empresas estaduais temendo a perda do poder com a centralização na esfera federal. Inclusive, processo acompanhado movimentações políticas contra, de advogados e numerosos engenheiros que inclusive formavam a elite técnica do setor elétrico e lobistas, sob o comando das empresas Light e a Amforp¹².

Assim, começa a nacionalização do setor, que em 1964 com a aquisição pela Eletrobrás de todas as empresas do grupo Amforp, tem um dos seus pontos altos. Processo concluído em 1979, com a compra da Light, encerrando a participação dessas duas empresas estrangeiras no setor elétrico nacional. As empresas que pertenciam à Amforp e atuavam no âmbito estadual passam para o controle de seus respectivos governos estaduais, reforçando sua importância como atores de mudança locais.

Em 1952, o governador capixaba Jones dos Santos Neves, quando analisa os propósitos das políticas elétrica e sua relação com os eixos de modernização capixaba, “(...) a eletrificação do estado obedece ao propósito estabelecido nas diretrizes do atual governo de preferência as centrais que mais se aproximem dos eixos de gravidade econômica.” E complementa no mesmo discurso:

¹² Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro online, DPDOC/FGV.

“(...) situação estratégica de seu porto de mar (...) tendo como tributarias as regiões de todo o ‘hinterland’ mineiro, o crescente caudal de minério de ferro que desce das vertentes do Itabira em busca do oceano para se encontrar com o carvão importado, tudo isso faz deste litoral um centro monopolizador de futuras industrias¹³”.

Período em que os debates sobre o acesso a energia elétrica se intensificavam já que, energia oferecida pela CCBFE às principais regiões urbanas, domiciliares e fabris de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim – principais centros urbanos do estado na época - eram insuficientes para sustentar o crescimento da demanda.

Contudo segundo Marta Zorzal e Silva (1986)¹⁴ é a partir da eleição pós- Vargistas de 1947 que estes caminhos começam a ser abertos. Foi a primeira oportunidade de participação política de novas forças sociais, como pequenos e médios agricultores e uma pequena classe urbana - já que anteriormente a administração estava sobre intervenção sob comando de Jones dos Santos Neves (1943 a 1945) -, que emergiram no momento após 1930, mesmo que, o modelo de relação e articulação dos candidatos e partidos em disputa continuasse coronelista. Até então, a luta se travava entre apenas dois conjuntos de forças políticas: classes agro-fundiárias e classes mercantis-exportadoras.

A vitória dada ao candidato Carlos Lindenberg nesta primeira eleição, que nutria forte relação inter-coroneis, mostrava este panorama. Ainda segundo Silva, em termos comparativos com a região sudeste, onde a prática populista passava a ser o norteador da vida política neste momento, no Espírito Santo, as práticas coronelistas são requeentadas e constituem o domínio político da época.

A disputa política das eleições de 1950 que elegeu Jones dos Santos Neves, para além de questões estaduais, haviam aquelas de ordem do relacionamento inter- elites no plano regional, como em termos da solidariedade política com as demais elites no plano nacional. O resultado do pleito, apesar das características eminentemente rurais do eleitorado capixaba, refletiu o atendimento aos interesses das classes trabalhadoras dos grandes centros do país, com forte presença da retórica desenvolvimentista. Importante observar que os dados populacionais do período entre 1920 e 1950 reforçam a análise de um crescimento populacional da capital e da região metropolitana da Grande Vitória em torno de 117% e

¹³ Espírito Santo (Estado). Governador 1952, 1953, 1954. Vitória: Imprensa Oficial apud. Silvia, op. cit, p.261, 262, nota 29.

¹⁴ SILVA, Marta Z. Espírito Santo: Estado, Interesses e Poder. Dissertação. FGV, Rio de Janeiro, 1986.

apenas entre 1950 e 1960, de 82%, enquanto a população rural, mesmo que ainda predominantemente rural, passou de 71,8% em 1960, para 54% em 1970¹⁵.

No governo de Jones dos Santos Neves se produziu na idealização de um projeto de modernização para o Espírito Santo produzindo as condições para a sua implementação, partir da ideia de necessidade de uma *infraestrutura adequada*.

Todavia, como problemática fundamental, se colocava dissociação entre a instância do agente político (estado) e as demais instancias (econômico e sociais) em um contexto local de população predominante rural e uma economia agro-fundiária. O que leva em muitos momentos a Jones, mesmo tendo como plataforma política a época de sua eleição, uma aliança com a oligarquia agro fundiária, a atender apenas as necessidades básicas deste grupo em detrimento a continuidade seu projeto.¹⁶

O setor elétrico neste momento, passou a ser dotado de instrumentos de planejamento e financiamento de sua infraestrutura como o BNDES, Fundo Estadual de Eletrificação, Fundo Federal de Eletrificação e a Eletrobrás, que vinha sendo discutido desde 1944, com o Plano Nacional de Eletrificação. Aqui, Neves inaugura o planejamento estatal para o setor com o Plano Estadual de Eletrificação (1951) que tinha como pilares, a construção da Hidroelétrica de Rio Bonito e a criação de uma empresa estadual de energia.

Investimentos em energia elétrica, rodovias e portos foram considerados fundamentais, bem como o *aparelhamento do estado enquanto ente capaz de planejar e prover o sistema de suporte institucional, fiscal e financeiro*. Neste sentido, é possível caracterizarmos inicialmente um estado-empresário como categoria de dominação racional-legal, onde Max Weber¹⁷ observa com forma de dominação típica do estado moderno. Entendendo ele como lugar da existência de normas legais formais, abstratas e universais e do ponto de vista da estrutura, pela existência de um conjunto administrativo burocrático. Weber inclusive, não considera este tipo de contexto um modelo de dominação estático e sim historicamente dinâmico – como os pressupostos analisados no contexto capixaba - , onde se colocam pressupostos importantes para os potenciais conflitos que possam existir entre a atividade política e a administração pública.

A conjuntura desenvolvimentista vigente nos governos Getúlio Vargas deu a Jones do Santos Neves, o argumento básico para propor a ação intervencionista no estado. O modelo

¹⁵ BITTENCOURT, 1984.

¹⁶ Ver mais em SILVA, 1996 pg. 436.

¹⁷ WEBER, 1992

econômico que se colocava para o Espírito Santo e de sobre maneira para Vitória, capital, se baseava no uso maciço de eletrodomésticos e produtos eletrotécnicos, além do automóvel. O reforço dessa tendência vem com o aterro de mangues, enseadas, desmonte de morros e consequente construção de novas avenidas e o porto de Vitória. Também se constitui o aeroporto de Vitória, prédios comerciais a beira-mar, loteamentos, neste contexto, o Plano de Valorização Econômica do Estado em 1950, concentrava 39% da capacidade de investimento em cinco anos.

Contudo, a concepção autoritária de Estado presente nos grupos de poder oligárquicos capixabas converteu-se em o que Marta Silva chama *Estado Social*¹⁸, tendo como diretriz a uma proposição industrializante. É onde, o espaço das relações políticas não foram pautados pela ruptura, mas pela materialização de um planejamento econômico intervencionista articulado com os diversos grupos de poder regionais e nacionais, como única saída para o provimento de um desenvolvimento socioeconômico e atendimento das respectivas agendas de interesse.

O planejamento enquanto instrumento de poder em uma sociedade sob a ordem da demanda agro-fundiária, se tornaria a composição principal do jogo para ocupação da administração pública. A formação da ideia de política econômica do estado neste caso, é um campo de luta onde se decide a centralidade dos interesses de classe tendo como resultado, a relação de forças e conflitos entre grupos dominantes.¹⁹

Por fim, expansão do parque industrial capixaba e dos investimentos no setor elétrico vão acompanhar o cenário nacional e dura até a década de 1970 com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN II), onde foram concebidos os projetos de Itaipu, Tucuruí e o Programa Nuclear. Todavia, o financiamento externo para estes e outros projetos, em uma conjuntura externa de plena crise do petróleo, de default Mexicano de 1982 e uma conjuntura interna de declínio do regime militar, vão levar a raiz de uma das mais profunda crises no setor de energia, se arrastando até os anos 1990, quando em 1995 a Escelsa é a primeira empresa estadual do setor de energia a ser privatizada através do Programa Nacional de Desestatizações.

¹⁸ O Estado-Social, observado por Marta Silva diz respeito a planificação do desenvolvimento não só a partir da administração pública, mas também a partir dela, através de novas praticas na gestão da educação, assistência social, cultura entre outros aspectos da vida social.

¹⁹ POPULANTZAS, 1997 e SAES, 2008.

Bibliografia

ABRAMS, Phillip. Notes on the difficult of Studying the State. *Journal Of Historical Sociology*. Vol. 1 No. 1 March 1988.

CALIMAN, Orlando. Formação Econômica do Espírito Santo: de Fragmentos do Período Colonial à Busca de um Projeto de Desenvolvimento. *Revista interdisciplinar de gestão social*, v.1 n.2 p.37-63, mai./ago. 2012.

CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol 35, no 3, pp 444-460, julho-setembro, 2015.

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Panorama do setor de energia elétrica no Brasil. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1988.

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. A vida cotidiana no Brasil Nacional: A Energia Elétrica e a Sociedade Brasileira (1930 – 1970) / Coordenação Marilza Elizarda Brito. Rio de Janeiro, 2003.

CORRÊA, Maria Letícia. O setor de energia e a constituição do estado no Brasil: o conselho nacional de águas e energia elétrica (1939-1954). Tese. Programa de Pós- Graduação em História. UFF, Rio de Janeiro, 2003.

D'ARAÚJO, Maria Celina. As Instituições brasileiras da Era Vargas. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 212p. FREIRE, Ana Lucy Oliveira. Projetos de urbanização em Vitória-es: Aspectos do processo de produção de uma metrópole moderna espaço e tempo, São Paulo, n° 15, pp. 105 117, 2004.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Paz e terra, 1985.

Espirito Santo (Estado). Governador 1952, 1953, 1954. Vitória: Imprensa Oficial. apud. Silva, op. cit, p. 261, 262, nota 29.

EVANS, Peter. Construting the 21th Century Developmental State: potentialities and pitfalls. *In: EDIGHEJI, O. Construting a Democratic Developmental State in South Africa: potentials and challenges*. HSRC, Cape Town: 2010.

HIRSCHMAN, Albert O. Os conflitos sociais como pilares da sociedade de mercado democrática. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v.3, 1994.

FELICIANO, R. (Coord.) Panorama da memória da eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

LAMOUNIER, Bolivar. Do modelo institucional dos anos 30 ao fim da era Vargas. In: D'ARAUJO, Maria Celina. As Instituições brasileiras da Era Vargas. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 212p.

LANDI, Monica. Energia elétrica e políticas públicas: a experiência do setor elétrico brasileiro no período de 1934 a 2005. Tese apresentada ao Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da USP. São Paulo: 2006.

LEME, Alessandro André. O setor elétrico entre a questão histórica e os problemas sociológicos. Ciências Sociais, Unisinos, 166-176, São Leopoldo, 2014.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo, Alfa - Omega, 1975.

LESSA, Carlos. 15 anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAZZUCATO, Mariana. O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor public vs. setor privado. 1o Ed. Portfolio-Penguin, 2014.

MKANDAWIRE, T. From Maladjusted States to Democratic Developmental States in Africa. In: EDIGHEJI, O. Construting a Democratic Developmental State in South Africa: potentials and challenges. HSRC, Cape Town, 2010.

POPULANTZAS, Nicos. Political Power and Social Classes, New Left Books, London: 1973.

RAPOSO, Eduardo. Banco Central do Brasil: O Leviatã Iberico. Hucitec Editora, PUC-Rio. Rio de Janeiro: 2011.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Excelsos destinos: história da energia elétrica no Espírito Santo 1896-1968 EDUFES, 2013.

RIBEIRO, Diones Augusto. Planejamento e industrialização no espírito santo: o conselho de desenvolvimento econômico do espírito santo (CODEC). Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est, 2016.

SAES, Alexandre Macchione. Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927). Tese. Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2008.

_____ Luz, leis e livre-concorrência: conflitos em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São Paulo no início do século XX. Scielo, História vol.28 no.2. Franca, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/08.pdf>

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SILVA, Martha Zorzal e. Espírito Santo: Estado, Interesse e Poder. Dissertação. Escola Brasileira de Administração Pública, FGV. Rio de Janeiro, 1986.

SIMMEL, Georg. Sociologia. Organização Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

VIANNA, Luiz Werneck. A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.